

O OE'2022 ainda não foi aprovado, mas o Investimento não pode esperar



Manuel Reis Campos

Presidente da CPCI e da AICCOPN
www.aiccopn.pt

Foram as circunstâncias políticas que o ditaram, mas o que é certo é que o País continua sem um Orçamento do Estado para o ano de 2022 e é necessário ter presente que esta é uma circunstância que não pode colocar em causa a execução do investimento público. E, a esse nível, os sinais são preocupantes porque a evolução ao nível da celebração de contratos de empreitadas de obras públicas, realizada no presente ano, continua muito abaixo do esperado, com volumes que, a poucos dias do final do mês de abril, são menos de metade dos verificados no mesmo período do ano passado.

Como temos afirmado, 2022 é determinante para a concretização do investimento público porque, neste domínio, temos o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência e o Portugal 2020 para executar e este é um ano crucial para o planeamento, calendarização e implementação dos projetos previstos e em curso. Estamos perante um contexto em que, diariamente, donos de obra e empresas, são confrontados com os impactos da crise gerada pela pandemia e agravada pela guerra na Ucrânia, que se traduzem numa insustentável incerteza e crescente pressão inflacionista que afeta, muito particularmente, os custos de construção, assistindo-se a uma

anómala subida dos preços das matérias-primas, da energia e dos materiais de construção que é acompanhada por disrupções nas cadeias globais de produção e distribuição. Temos vindo a trabalhar com o Governo no sentido de identificar e implementar soluções concretas e urgentes, porque todos sabemos que não se podem somar a esta dupla crise, pandemia e guerra, problemas de natureza orçamental e de execução dos investimentos que estão, há muito, programados e identificados como cruciais para a estratégia de recuperação da economia portuguesa e para o seu reposicionamento competitivo.

Ainda não temos Orçamento para 2022, mas temos um Parlamento e um Governo em funções, com plenas condições para desbloquear os obstáculos operacionais e administrativos que possam entravar o investimento e, tão ou mais importante, que já reconheceram a importância da implementação das medidas extraordinárias e transitórias como aquelas que tivemos oportunidade de apresentar e que são determinantes para resolver os problemas conjunturais que estamos a atravessar, sobretudo, devido à escalada de preços a que se assiste. E, de igual modo, temos um tecido empresarial e toda uma sociedade que, estou certo, estão totalmente empenhados na procura de soluções que assegurem que esta nova tempestade que se está a abater sobre a economia nacional e mundial seja rapidamente ultrapassada. Os meios que a União Europeia disponibilizou ao nosso País não resolverão todos os problemas, mas são, seguramente, um importante instrumento que tem de ser plenamente aproveitado, a bem do nosso País. E a salvaguarda do tecido empresarial, do emprego e do investimento é um imperativo que não pode ser adiado.

Estamos perante um contexto em que, diariamente, donos de obra e empresas são confrontados com os impactos da crise gerada pela pandemia